



Poder de Compra do Salário-mínimo em Termos das Carnes Bovina, Suína e de Frango, no Período de 1970 a 2010

Nos últimos meses, tem sido muito comentada a elevação dos preços das carnes, especialmente a bovina, e sua influência na inflação e no custo de vida dos brasileiros. Neste artigo discute-se como, num horizonte histórico mais amplo, o preço das carnes bovina, suína e de frango afetou o custo de vida do trabalhador que ganha salário-mínimo.

Como se sabe, durante a maior parte dos últimos 40 anos, a economia brasileira esteve às voltas com elevados níveis de inflação que corroíam o poder de compra dos salários e, muitas vezes, corroíam também a renda dos produtores. Ao longo desse período, houve políticas mais ou menos eficientes de reajuste salarial, assim como políticas voltadas para o setor agrícola, mais ou menos eficientes no sentido de garantir a produção agropecuária em volume suficiente para o abastecimento e de sustentar a renda dos produtores.

Nesse período houve também políticas de investimentos em ciência e tecnologia e extensão rural que resultaram em mudanças na produtividade da agropecuária, viabilizando a redução dos custos de produção unitários e dos preços reais da grande maioria dos alimentos que compõem a cesta básica do trabalhador brasileiro^{1,2,3}. Embora os ganhos de produtividade tenham sido diferenciados para os três tipos de carne, o que se verificou foi o repasse de pelo menos uma parte deles para os consumidores, por meio da redução dos preços.

O quociente entre o salário-mínimo e o preço de um produto agropecuário no varejo, ou o poder de compra desse produto pelo salário-mínimo, mostra, ao longo do tempo, a resultante dos três tipos de política mencionados nos parágrafos anteriores. O poder de compra do salário-mínimo em termos das carnes é um bom indicador da capacidade de compra de alimentos pelos assalariados e não remunerados do mercado formal de trabalho, uma vez que as carnes são os alimentos mais caros que compõem a cesta básica do trabalhador brasileiro.

A figura 1 mostra a evolução do poder de compra médio anual do salário-mínimo⁴ em quilogramas das principais carnes.

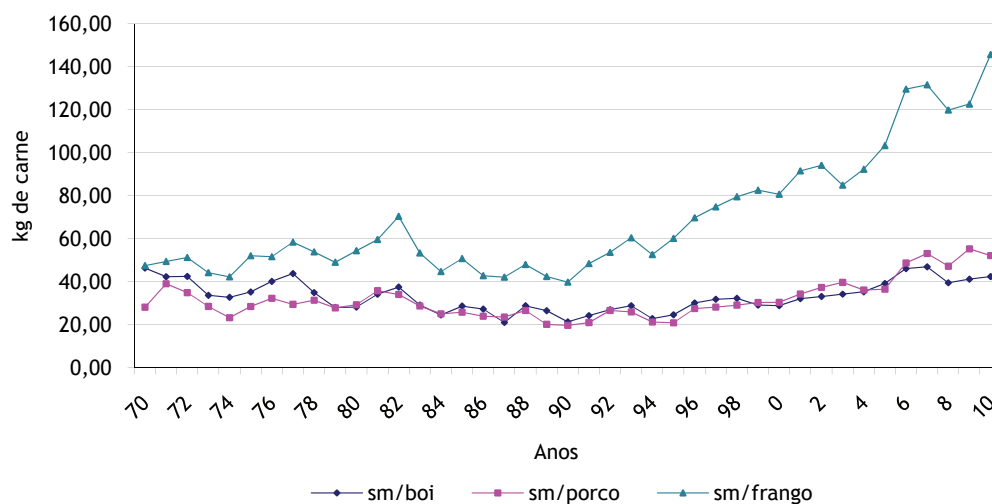


Figura 1 - Poder de Compra do Salário-mínimo em kg de Carne de Boi, Porco e Frango, Cidade de São Paulo, 1970 a 2010. Fonte: Dados da pesquisa.

Uma primeira observação é a de que o comportamento do poder de compra do salário varia de uma carne para outra, mas há semelhanças no sentido das variações. Pode-se observar que, do início da série até 1990-1991, há uma tendência de redução do poder de compra dos salários, mais evidente no caso das carnes de boi e de suíno, pois no caso da carne de frango as oscilações para cima são mais acentuadas. Em 1990 observou-se o menor poder de compra do salário em relação a todas as carnes e, a partir daí, verificou-se tendência crescente do poder de compra em relação a todas elas, embora haja algumas reduções compensadas nos anos subsequentes.

Salta aos olhos o fato de que o poder de compra do salário em termos de frango, que no início do período era igual ao relativo à carne de boi, apresentou crescimento muito superior ao observado para as outras carnes ao longo de todo o período. Outro fato interessante é que o poder de compra do salário em termos da carne bovina, que foi nitidamente superior ao verificado em relação à carne suína no início do período, tornou-se semelhante a partir dos anos 1980 e, a partir do ano 2000, tornou-se inferior ao poder de compra do salário em termos da carne suína, ou seja, a carne de boi tornou-se mais cara que a suína. Esses fatos decorrem da alteração significativa que houve nos preços relativos das carnes, pois a carne de frango ficou muito mais barata que as outras e, nos anos 2000, a carne suína tornou-se mais barata que a bovina.

Mas as variações do poder de compra do salário observadas na figura 1 resultaram de variações do salário real ou do preço real das carnes, ou de ambos os fatores? A figura 2 esclarece essa questão.

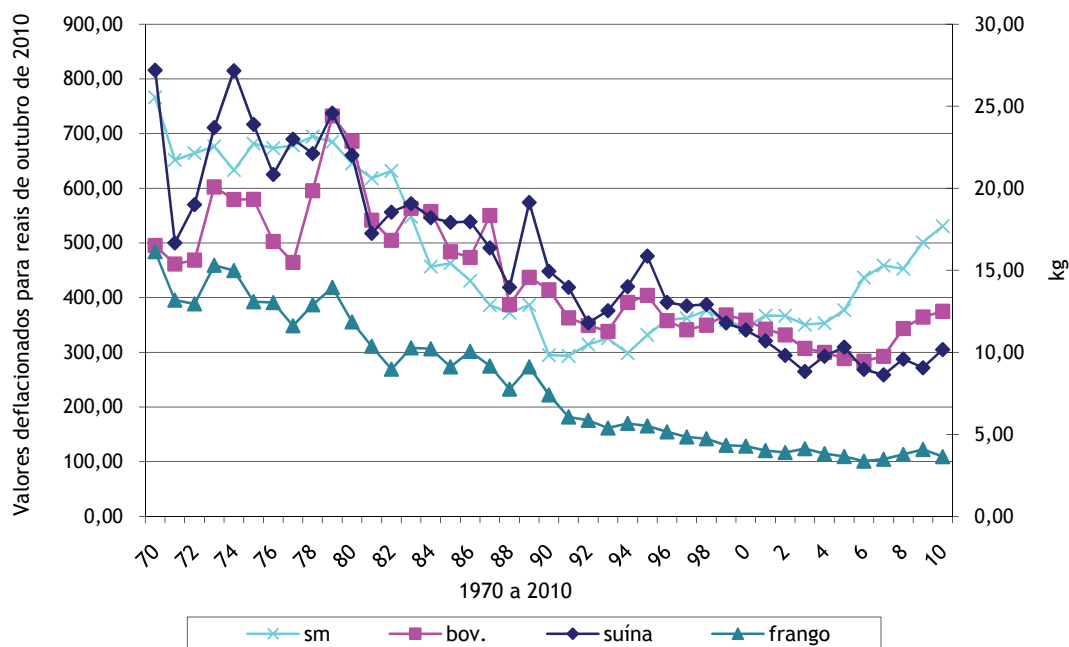


Figura 2 - Evolução do Salário-mínimo e dos Preços do kg das Carnes, Médias Anuais de 1970 a 2011.
Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode ver, o salário-mínimo apresentou seu valor real⁵ máximo no início da série analisada (R\$766,00 em moeda de outubro de 2010), e foi caindo, com pequenas recuperações passageiras, até 1991 e 1992, quando atingiu seu menor valor, equivalente a R\$294,00. A partir daí, o salário-mínimo apresentou tendência de recuperação, sendo que o seu crescimento foi mais intenso a partir de 2004. Porém, o salário inicial da série ainda não foi recuperado.

Já os preços das carnes, apesar de variações cíclicas, apresentaram tendência de queda ao longo de todo o período, atingindo os valores mínimos em 2006 e 2007, a partir de quando tiveram alguma recuperação, mais significativa no caso da carne bovina.

Para concluir essas considerações, apresenta-se a seguir uma avaliação numérica da variação de preços das carnes, salários e poder de compra, entre o início e o fim da série analisada. Para atenuar o efeito de fenômenos conjunturais sobre a comparação, foram usadas as médias dos três primeiros e dos três últimos anos. Verifica-se então que, apesar da redução de 29% ocorrida no valor real médio do salário-mínimo, o seu poder de compra no final do período analisado é, em termos:

- a) da carne de frango: 2,5 vezes maior que o verificado no início;
- b) da carne suína: 1,5 vezes o verificado no início; e
- c) da carne bovina: 0,92 vezes o verificado no início da série.

Ou seja, a perda ocorrida no salário-mínimo real foi amplamente compensada pela queda observada no preço das carnes, de modo que, no final do período analisado, com um salário-mínimo 29% menor, pôde-se comprar quase tanta carne bovina quanto no seu início e comprar muito mais carne de frango e de porco.

Isso foi possível porque, no período analisado, houve progresso técnico e consequente redução no custo de produção e preço de todas as carnes; porém, cada uma delas apresenta peculiaridades. No caso da carne de frango, o aumento da oferta em reação a preços maiores é muito rápido devido à grande capacidade reprodutiva das aves, que chega a 300 ovos férteis por ano por matriz e ao curto período de incubação de ovos de cria e engorda dos frangos, que somam cerca de 65 dias, sendo 21 dias de incubação do ovo e 45 dias de cria e engorda. A produção brasileira de carne de frango cresceu muito mais que as outras, como se pode ver na tabela 1.

Tabela 1 - Confronto dos Resultados dos Dados Estruturais dos Censos Agropecuários Brasil, 1970/2006

	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Índice de evolução do rebanho bovino	100	129	150	163	195	218
Mil cabeças de bovinos	78.562	101.674	118.086	128.042	153.058	171.613
Índice de evol. do rebanho de suínos	100	112	104	97	88	99
Mil cabeças de suínos	31.524	35.152	32.629	30.481	27.811	31.189
Índice de evolução rebanho de aves	100	134	193	204	336	656
Mil cabeças de galináceos	213.623	286.810	413.180	436.809	718.538	1.401.341

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agropecuário 1970-2006. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

No caso da carne bovina, porém, uma matriz produz apenas um bezerro por ano, pois o período de gestação do bezerro é de 310 dias e o período de cria e engorda de um boi é de pelo menos 720 dias. Assim sendo, o plantel de galinhas matrizes é rapidamente recomposto ou ampliado e a produção comercial de frangos para abate pode aumentar muito em pouco tempo, o que não acontece com o plantel de vacas matrizes, que leva pelo menos 1.000 dias, e muito menos com a recomposição e ampliação da produção de bois para abate. Devido a esse horizonte temporal longo da reação da oferta de carne bovina a choques de preço, de pelo menos três anos, ocorre o fenômeno conhecido como ciclo pecuário que, em grande parte, é responsável pelo fato do poder de compra em carne bovina no final do período analisado estar relativamente baixo⁶. Nos últimos anos,

a oferta relativamente baixa de carne bovina ainda reflete o descarte de matrizes ocorrido especialmente de 2005 a 2008, quando os preços reais da carne bovina atingiram os níveis mais baixos dos últimos 40 anos (Figura 2).

¹MARTINS, S. S. *Cadeias produtivas do frango e do ovo: avanços tecnológicos e sua apropriação*. 112 p. 1996. Tese (Doutorado) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

²RAMOS, F. S. V. et al. *A indústria de carne no Brasil: dinâmica econômica e tecnológica*, Brasília: SENAI/DN, 2006. 90 p. (Série Estudos Setoriais, v. 6).

³MARTINS, S. S. et al. *Cadeia produtiva da pecuária de corte: ciclos pecuários e rentabilidade*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 47., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Brasília: SOBER, 2009.

⁴Média do poder de compra mensal obtida dividindo-se o valor nominal do salário-mínimo vigente pelo preço nominal do quilograma das carnes no varejo da cidade de São Paulo, levantado pelo Instituto de Economia Agrícola.

⁵Os valores monetários foram atualizados para dezembro de 2010 pelo IGP-DI.

⁶Op. cit. nota 3.

Palavras-chave: consumo de carnes, poder de compra do salário-mínimo em carnes, preço das carnes, salário-mínimo.

Sonia Santana Martins, Pesquisadora Científica do IEA, soniasm@iea.sp.gov.br
Abel Ciro M. Igreja, Pesquisador Científico do IZ, abelciro@iz.sp.gov.br
Danton Leonel de Camargo Bini, Pesquisador Científico do IEA, danton@iea.sp.gov.br
Luis Henrique Perez, Pesquisador Científico do IEA, lhpez@iea.sp.gov.br
Marina Brasil Rocha, Pesquisadora Científica do IEA, mabrasil@iea.sp.gov.br

Liberado para publicação em: 06/06/2011